Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho
Aula 159
16 de junho de 2012

[**versão provisória**]
Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos!

Hoje, eu queria tomar como tema desta aula uma mensagem que recebi do Tiago Afonso, que nem mesmo sei se é aluno do Seminário, mas o que interessa é o tema que ele levanta, que é muito importante para todos nós, sobretudo no contexto de algumas das aulas passadas onde estivemos falando da filosofia analítica.

Ele andou lendo aquele meu breve estudo sobre a questão dos juízos auto-evidentes, onde eu mostro que, se tentarmos definir a auto-evidência apenas por suas características lógicas, nós encontraremos uma série de dificuldades – mas não é uma coisa totalmente impossível de fazer – e um dos traços que eu assinalava é que uma proposição auto-evidente não pode ter uma contraditória unívoca. Por exemplo, se você nega o principio de identidade "A é igual a A", e coloca "A é diferente de A", é impossível você aí definir se há uma diferença interna no "A", ou seja, se "A" é diferente dele mesmo, ou se há dois "A": "A1" e "A2". A contraditória teria necessariamente dois sentidos, e assim por diante.

Do mesmo modo, se você disser que um quadrado tem quatro lados ou se disser que um quadrado não tem quatro lados, isto pode significar duas coisas: primeiro: não existe quadrado; segundo: o quadrado tem um número diferente de lados. Ou seja, a expressão formal da contraditória não permite a identificação do seu sentido. Essa não é uma definição, é apenas um critério prático para, desde um ponto de vista puramente lógico, e sem entrar na questão da materialidade (existência objetiva) do objeto envolvido, você identificar se uma proposição é auto-evidente ou não. Esse critério, eu não sei se é infalível, se é universalmente aplicável, mas até hoje não encontrei nenhum caso onde ele não fosse aplicável. Se alguém encontrar, por favor, me avise.

Para mim, a questão da auto-evidência dos juízos não é uma questão puramente lógica, e não tem como ser colocada apenas pela lógica porque a auto-evidência se refere sempre ao objeto do juízo, então é sempre uma relação cognitiva que se estabelece entre o sujeito real do conhecimento e um objeto real, na qual você discerne a sua necessidade ou a sua auto-evidência. Essa relação não é alcançável pela lógica, porque ela é uma relação gnosiológica ou epistemológica

efetiva, ou seja, refere-se a um ato de conhecimento efetivo, e não apenas, vamos dizer, à sua versão lógica. Nós podemos dizer que, na verdade, todas as proposições da lógica são meramente hipotéticas. Desde que a lógica não trata de nenhum objeto real, mas somente de estruturas de proposições, então ela se coloca num plano onde a veracidade objetiva dessas proposições está fora de questão. Todas as verdades da lógica são verdades hipotéticas: se *isto*, então, *aquilo*. Por isto mesmo a questão da auto-evidência não é uma questão lógica, é uma questão epistemológica substantiva. Espero que isto seja compreendido e fique muito claro.

Toda tentativa de examinar a questão da auto-evidência desde um ponto de vista puramente lógico chega a problemas e contradições absolutamente insolúveis, e eu creio que essas contradições poderiam ser evitadas se estivesse claro desde o inicio para o estudioso ou para a pessoa que está discutindo o assunto, que não há proposições lógicas substantivamente verdadeiras ou falsas, mas todas são hipoteticamente verdadeiras ou falsas. A lógica formal não lida com atos de conhecimento real, efetivo, mas lida só com a transposição do ato de conhecimento em proposições. Aristóteles já dizia: "*a verdade está no juízo, nunca na proposição*". Ora, o juízo não é uma entidade lógica. O juízo é uma entidade epistemológica; diz respeito à teoria do conhecimento e não à lógica. Poderia ser aquilo que antigamente se chamava de "a lógica maior", "a teoria do conhecimento".

Mas esse ponto é frequentemente obscurecido nas discussões. Por exemplo, o Tiago Afonso mandou um trecho de um livro da Susan Haack, *Filosofia das Lógicas*, editada pela UNESP, São Paulo, onde a autora diz o seguinte[1]:

> (...) a ideia de que as verdades da lógica são auto-evidentes precisa de um exame mais atento: O que significa alegar que alguma proposição é auto-evidente? Presumivelmente, algo no sentido de que ela é, obviamente, verdadeira. Mas, uma vez assim colocado, a dificuldade com o conceito de auto-evidência não pode ser dissimulada. O fato de que uma proposição é óbvia não constitui, lamentavelmente, nenhuma garantia de que ela seja verdadeira. (É relevante que diferentes pessoas, e diferentes épocas, considerem 'óbvias' proposições diferentes e mesmo incompatíveis...

E ela dá dois exemplos:

> ... – que alguns homens são naturalmente escravos, ou que todos os homens são iguais...) Se alguém diz que os axiomas inconsistentes de Frege apenas *pareciam* auto-evidentes, mas não podiam realmente sê-lo, ou que eles *eram* auto-evidentes, mas, infelizmente, não eram verdadeiros, a auto-evidência deixa de fornecer uma garantia epistemológica. Porque ou (na última suposição) uma proposição pode ser auto-evidente, mas falsa, ou então (na primeira suposição), ainda que seja verdade que se uma proposição é auto-evidente, então ela é, de

[1] Haack, Susan. *Filosofia das Lógicas*. Editora UNESP, 2002.

> fato, verdadeira, não há nenhuma maneira certa de dizer quando uma proposição é realmente auto-evidente.

Parece-me que todo este parágrafo é baseado na confusão entre proposição e juízo. O certo seria dizer que nenhuma proposição em si mesma pode ser auto-evidente. O que é auto-evidente é o conteúdo do juízo a que ela corresponde, ou seja, o ato de conhecimento real. Agora, uma pergunta que se pode levantar é: por que tantos filósofos buscam encontrar *proposições* auto-evidentes e não *juízos* auto-evidentes? Ou seja, uma proposição auto-evidente, se nós formos levar os termos na sua acepção mais rigorosa, seria uma mera frase que, independentemente de quem a diga, independentemente do contexto que seja dito, independentemente até do juízo que lhe corresponde na consciência humana, pudesse ser verdadeira. Isto é uma impossibilidade pura e simples. Porque se todas as proposições da lógica são montadas hipoteticamente, e são hipotéticas, então nenhuma delas é verdadeira substantivamente; só pode ser verdadeira formalmente, ou seja, não implicar contradição.

Aristóteles já explicava que não é a lógica o instrumento para a busca do conhecimento, mas sim o método dialético. Ou seja, você tem de confrontar as proposições contraditórias até que surja uma espécie de estalo intuitivo no qual se percebe as premissas que estão ocultas por baixo de várias proposições contraditórias, de modo que de uma mesma premissa se tirasse conclusões diferentes e contraditórias mediante uma interpretação diferente. Então, o que se tem é uma premissa comum interpretada [0:10] de várias maneiras, resultando em proposições mutuamente contraditórias. Uma vez decifradas ou escavadas essas camadas de interpretação diferentes, a contradição se resolvia e você encontrava a verdadeira premissa que estava por trás de tudo e podia então resolver os vários enigmas e contradições.

Isto é uma operação que está infinitamente acima da possibilidade da lógica formal, porque quando nós falamos em interpretação, estamos falando em seres humanos, pessoas diferentes que interpretam de modos diferentes, conforme os seus hábitos linguísticos, conforme as suas predisposições culturais etc. etc. A interpretação de uma proposição não é em si mesma um dado lógico, é um dado epistemológico, ou até psicológico e sociológico, se você quiser.

O simples fato de colocar o problema dos juízos auto-evidentes na esfera lógica já é um erro monstruoso que só pode levar a mais e mais confusões. Achar que analisando proposições você vai chegar a um substrato último auto-evidente ou que não vai chegar, ou que não há juízos auto-evidentes, tudo isto é loucura, e no fundo, inabilidade. Essa autora, embora seja autora de uma espécie de manual de lógica publicado por uma editora universitária, ela demonstra aqui uma inabilidade monstruosa quando dá como exemplos de proposições que foram consideradas óbvias estas duas: a de que “existem homens que são naturalmente escravos”, e de que “todos os homens são iguais”.

Nenhuma destas proposições foi jamais considerada auto-evidente. São proposições empíricas. Parece que a segunda é tida como auto-evidente, mas não é e já vou mostrar para vocês. Mas vamos analisar primeiro a primeira, a de que existem homens que são naturalmente escravos.

Ora, Aristóteles jamais poderia considerar esta premissa como auto-evidente, já que ela se refere a entes concretos e individuais, e, pior, não é uma proposição universal: já começa com “alguns”. A palavra “alguns” mostra que se fala não do ser humano em geral, mas de alguns em especial. Ora, não pode haver uma proposição universal sobre alguns em especial. Este “alguns em especial”, claro que é um critério empírico: nós vamos ter de examinar um por um para saber (se isso for possível) quais são escravos por natureza e quais não são. Ou seja, ela está atribuindo a Aristóteles uma inabilidade lógica que é dela mesma, evidentemente.

Aristóteles dizia que só os princípios gerais da ontologia e da lógica são auto-evidentes, o resto não, ou é empírico ou é conclusão que você tirou desses princípios. Então, é claro que “alguns homens são naturalmente escravos” é uma proposição de tipo empírico, que não tem nem como discutir logicamente; toda hora você vai estar se reportando a elementos de experiência.

Quanto à proposição "todos os homens são iguais", esta autora é americana e ao considerar que esta proposição é auto-evidente (que para ela própria não é auto-evidente de maneira alguma) ela está evocando evidentemente o texto da declaração da Independência dos Estados Unidos: "consideramos que estas proposições são auto-evidentes...”

Mas qual é o texto da proposição? Não é que todos os homens *são* iguais, mas que todos os homens *são criados* iguais, e esta sim é uma proposição auto-evidente, porque está se referindo à igualdade especifica, não à igualdade individual. “Todos os homens são criados iguais” significa apenas a coisa mais óbvia do mundo: todos os homens são homens, pertencem à mesma espécie, ou seja, é uma proposição até tautológica, que não tem como não ser auto-evidente, porque explicitado o seu conteúdo se vê que ele é uma repetição da simples definição dos termos. É como você disser que um quadrado tem quatro lados; está dizendo, apenas com outras palavras, que um quadrado é um quadrado e não um triângulo, um círculo etc. etc.

As proposições tautológicas são necessariamente auto-evidentes, e dizer “todos os homens são criados iguais”, claro que é uma proposição tautológica. Todos os homens pertencem à espécie humana, como todos os felinos pertencem à espécie felina e assim por diante. Evidentemente, não há o que questionar. E a autora diz que esta proposição pareceu evidente a algumas pessoas mas não a outras. Não! Está completamente errada. Esta proposição, em si, é auto-evidente para quem quer que a entenda. E daqui a pouco vamos entrar no exame do que é entender.

O que é questionável é saber se todos os homens, sendo *especificamente* iguais, são *individualmente* iguais. É como se ela dissesse: “todas as vacas são criadas iguais”, o que não impede que esta vaca dê quarenta litros de leite por dia e aquela não dê nenhum. Ou, se disser: “todos os cavalos são criados iguais”, sim, todos os cavalos pertencem à espécie equina, não há a menor dúvida, mas existe desde o pangaré de carroça até o cavalo puro-sangue campeão de corrida. Eles são evidentemente diferentes.

Pode haver diferenças qualitativas individuais e grupais que não desmentem de maneira alguma a identidade de espécie, mas ao contrário, a pressupõem. Se você disser que um cavalo é melhor do que o outro, está pressupondo que ambos são cavalos. Mas se disser: “olha, esse cavalo é melhor do que essa tartaruga”, isso vai depender da finalidade, porque se tentar montar em uma tartaruga vai ser um problema. Você pode dizer, por exemplo: “um sorvete é mais gostoso do que essa caneta”, só que não tem sentido. Para que os vários sorvetes possam ser comparados qualitativamente é necessário que sejam sorvetes, e assim por diante. As desigualdades qualitativas dentro de uma espécie pressupõem a unidade da espécie, senão a comparação não seria possível ou não faria sentido. De modo que nós podemos dizer que a proposição, tal como está na letra da declaração da Independência, é auto-evidente porque é tautológica; ela diz que todos os homens pertencem à espécie humana.

A palavra “criados” é importante; ela não diz que todos são desenvolvidos iguais, que todos permanecem iguais ao longo da sua existência. Serem *criados* quer dizer que na sua raiz ontológica, na constituição da espécie, todos são iguais porque pertencem à mesma espécie. Então eu digo que é o caso de perguntar como é que uma professora de filosofia não percebe um treco desses. Ela está atribuindo a outras pessoas o erro que ela mesma está inventando na hora.

Então, primeiramente, Aristóteles jamais disse que a existência de homens naturalmente escravos é um juízo auto-evidente. Aliás, ele nem disse que é evidente de maneira alguma, e a prova de que não considera isso evidente é que coloca isso não num tratado de lógica ou de metafísica, mas no tratado da política, onde explicou, já no início, que a política não é uma ciência rigorosamente lógica, não é uma ciência teorética, é uma ciência prática, onde o único método possível é a dialética e não a lógica analítica. Se Aristóteles acabou de explicar isso, o que ele está dizendo é que nesse livro inteiro não haverá nenhuma proposição auto-evidente. Proposições auto-evidentes só podem existir na esfera da ontologia geral ou metafísica, ou na esfera da pura lógica. Se nós estamos tratando de entidades do mundo empírico, como é a política, não há juízos auto-evidentes ali.

Mais ainda, os juízos da política são até mesmo mais ambíguos do que, por exemplo, os juízos da biologia, porque estes emanam de observações que em principio devem se repetir exatamente iguais para os vários observadores, e na

ciência política, o cientista político [0:20] já explicou desde o inicio que isto é impossível. Por quê? Porque as entidades da política não existem fisicamente para nossa observação sensorial, elas só se constituem pelo pensamento humano.

Se você perguntar: “o que é o Estado?” Eu digo: bom, você pode procurar o Estado com seus olhos, com suas mãos, e não vai achar. Só se pode perceber a existência do Estado mediante uma complexa armadura de percepções parciais arquitetadas ou montadas num conceito geral. Se não for capaz de montar esse conceito geral, o Estado não existe para você.

Ora, na montagem desse conceito, entram sempre, segundo Aristóteles, aqueles dois componentes que são: o discurso do agente e o discurso do estudioso que analisa o discurso do agente. Isso quer dizer que os vários agentes definirão as entidades políticas não de acordo com algum critério cientifico, mas de acordo com a influência que querem exercer sobre os outros, de modo a deter, ampliar ou conservar o poder, o que já cria uma complexidade enorme. Então, dentre os vários discursos de agentes, que são evidentemente discursos que se contradizem, o estudioso opera ali um procedimento dialético, ou seja, ele procura descobrir quais são as premissas comuns que estão subentendidas nos vários discursos contraditórios. Na hora em que descobre essa premissa comum, ele diz: “todos estão falando é disto aqui, parecia que estavam falando de coisas diferentes, mas existe uma unidade secreta, discreta ou invisível por baixo do que eles estão falando”. Como é que o estudioso faz isso? Ele monta um novo conceito.

Observe que essas entidades que existem na política, como, por exemplo, o governo, as constituições, as leis, a tirania, a democracia, a ditadura, a anarquia etc. etc., são coisas que não existem fisicamente; elas podem ter uma manifestação física. Por exemplo, se você vê uma massa invadindo lojas, tocando fogo em tudo, você pode dizer que isto é anarquia? Não! Isto pode ser uma manifestação da anarquia, a qual pode ser reinante num país inteiro num determinado momento ou pode ser um fenômeno parcial que aconteceu dentro de uma sociedade que, no resto, está perfeitamente em ordem.

Portanto, você jamais verá a anarquia. Você pode ver acontecimentos – um quebra-quebra, uma rebelião etc. etc. –, que para você indicam a existência de outro fenômeno que em si mesmo é invisível, chamado anarquia. Só se chega à anarquia através de uma construção conceitual, na qual se usa como matéria-prima os discursos dos vários agentes envolvidos, explicando o que eles estão fazendo. Provavelmente, os agentes da anarquia não a chamam de anarquia; podem chamá-la se forem anarquistas *ex professo*, mas em geral não é o caso. Então, explicarão o seu procedimento (que você chama de anárquico) como uma manifestação de uma ordem mais profunda, ou de uma ordem futura, ou de uma ordem virtual etc. etc. Você verá aquilo como uma anarquia e eles não. Aí já se tem um duplo discurso de agente.

O que o analista vai ter de fazer? Vai ter de examinar quais são as premissas comuns em que se baseiam essas duas versões contraditórias, para encontrar, por baixo dos discursos conflitantes, uma entidade real à qual estão se referindo, que estão interpretando diversamente, mas partindo de uma percepção comum que permaneceu mais ou menos encoberta.

Veja que num estudo desse nenhuma proposição pode ser auto-evidente de maneira alguma. Isto quer dizer que Aristóteles jamais considerou que esta proposição fosse óbvia; ela é uma conclusão incerta e imprecisa de uma multidão de observações diferentes. E mais: quando ele diz que alguns homens são escravos por natureza, ainda existe ambiguidade do que significa para ele a palavra natureza. Hoje, quando ouvimos isso entendemos que a natureza é uma entidade totalmente externa e independente do ser humano, regida por leis matemáticas, e que a tendência do indivíduo a ser um escravo deveria estar registrada no seu código genético. Mas esta é a interpretação que nós fazemos. Aristóteles não conhecia o código genético e a sua noção de natureza não era essa noção objetualista e fisicalista que nós temos. Para ele, natureza significa a essência de um ente, aquilo que um ente realmente é. É um conceito filosófico de natureza e não um conceito científico-materialista moderno.

Se Aristóteles reencarnasse hoje ou ressuscitasse, e nós perguntássemos para ele: foi no sentido moderno materialista, evolucionista etc., que você quis dizer que “há homens escravos por natureza”? Ele ficaria imediatamente perplexo e diria: não sei, parece que não foi bem isso que eu quis dizer, precisaremos examinar. Então, é uma proposição que o decurso do tempo tornou ambígua. Seria preciso escavar qual é o sentido da palavra “natureza” em Aristóteles para entender essa proposição. Só por esta ambigüidade já se vê que não pode ser uma proposição auto-evidente, que *jamais* Aristóteles consideraria isto uma coisa óbvia.

Já os *founding fathers*, quando escreveram “consideramos auto-evidente que todos os homens foram criados iguais”, eles estavam conscientes de que era uma proposição tautológica, senão eles não teriam colocado a palavra “foram criados” mas diriam que são iguais sempre, em todos os casos, o que é uma proposição empiricamente falsa. Nós sabemos que os homens não são iguais. Há pessoas melhores e pessoas piores. Ninguém vai me convencer que São Francisco de Assis era tão bom quanto Zé Dirceu, ou Barack Obama, isso para não falar do Maníaco do Parque ou do Champinha.

Só que aí entra outra nuance desse estudo, que o torna infinitamente mais interessante e mais urgente. A percepção da auto-evidência, sabemos que não é igual em todas as pessoas. Mas Aristóteles já advertia que não deve haver debate filosófico com um individuo que não conhece, não compreende ou não aceita os princípios fundamentais do discurso, como por exemplo, o vigarista, o mentiroso contumaz, a pessoa inepta, incapaz, o psicopata. Não se pode discutir com essas

pessoas porque o senso de auto-evidência delas não é o mesmo das pessoas normais. Aí nós vemos que o conceito de auto-evidência não pode ser expresso logicamente, porque ele depende de um elemento psicológico, que é a normalidade das pessoas envolvidas. Isto aqui é de uma importância fundamental, e eu acho que na verdade todos os problemas humanos derivam disto aqui.

Então, os homens são criados iguais no sentido de que pertencem à mesma espécie, mas há uma diferenciação individual que é de uma elasticidade monstruosa e que a história e todas as ciências confirmam. Por exemplo, eu já enfatizei outro dia a diferença de poder. Não há nenhuma espécie animal na qual haja uma diferença de poder como havia entre Joseph Stalin e um prisioneiro do Gulag, onde Joseph Stalin podia tudo e o prisioneiro não podia nada.

[00:30] (A transmissão do *Instituto* caiu, vamos fazer a chamada novamente. Eles estão com problema na conexão. Eu não gosto de prosseguir a aula sem ter a certeza de que o pessoal do *Instituto Olavo de Carvalho* está acompanhando, porque eles são o meu *feedback*. Eu gostaria de ter imagens... Sei lá, se fosse possível agrupar os alunos, né? Um grupo em cada cidade e eu botava aqui as vinte imagens dos vários grupos ao mesmo tempo seria ótimo, mas isso realmente não é possível. Então eu escolhi um grupo como o meu *feedback*. Eu preciso olhar a cara dos alunos e saber, conforme o olhar de inteligência, ou o olhar de perplexidade, ou o olhar de idiotice total, se a minha explicação está sendo suficiente ou não.

Isto é o que no jornalismo se chamava – sem ofensa – “o idiota padrão”. O idiota padrão era um sujeito que a gente escolhia, geralmente um contínuo ou um faxineiro, e dava as nossas matérias para ele ler, porque se ele não entendesse, não era ele que estava errado, era a matéria que estava ruim. É claro que se você desse para o seu editor ou o seu chefe ele ia entender o que você tinha escrito. Mas, partíamos do princípio de que o leitor do jornal em geral não era uma pessoa habilitada em jornalismo, então precisava ser uma pessoa ignorante não só do jornalismo como do próprio assunto. Então você pegava o “idiota padrão” e falava: “Leia aí... O que é que eu disse?” Daí ele explicava para você. Se ele entendeu, estava tudo certo, se ele não entendeu, não há nenhum demérito da parte dele, há um demérito do redator.

E eu a mesma coisa. Eu tenho essa verdadeira obsessão de saber se as pessoas estão entendendo, porque eu já tive experiências tão deprimentes e tão acachapantes no meu exercício da minha função de professor, que eu nunca mais quero voltar a experimentar. Quer dizer, você explicar uma coisa durante anos a fio e depois de repente ver que o sujeito não entendeu nada desde o princípio até o fim, que ele entendeu outra coisa completamente diferente, e que a influência benéfica que você tinha tentado exercer tinha virado outra coisa. Até durante um tempo as pessoas me acusavam de criar cobras e era verdade. Só comecei a ter algum resultado nos meus esforços pedagógicos a partir de 2000, 2001, mais ou

menos. Antes, até então, eu me considerava o maior fracasso pedagógico da América Latina. Eu e o Paulo Freire. Mas depois a coisa começou a funcionar. Eu creio que algo da técnica explicativa eu consegui aprender e obter algum controle de se as pessoas estão entendendo ou não. Então, isso é fundamental para mim. Por isso que quando cai a transmissão deles eu prefiro até parar e pedir que os outros tenham um pouco de paciência. Parece que voltou.)

Aqui no *chat* alguém pergunta:

Aluno: será que a moça, Susan Haack, referia-se à afirmação de Aristóteles conforme entendida por ele mesmo ou será conforme os seus contemporâneos?

Eu acho que aí tanto faz, porque esse escrito de Aristóteles era um rascunho de aula, não era um escrito para circular entre o público geral. Então, certamente na aula ele deu mais explicações a respeito, e o simples fato de ter dado mais explicações já mostra que não era uma proposição óbvia, não era auto-evidente. Auto-evidente não poderia ser de maneira alguma e também não poderia ser óbvia, no sentido mais indireto, como uma simples questão de observação empírica unânime, como, por exemplo, o céu é azul; todo mundo sabe que é. Não é uma coisa desse tipo, porque ele não está falando que alguns homens agem como escravos; ele está falando que são escravos por natureza. Bem, que alguns homens agem como escravos, sim, esta é uma observação de senso comum, mas que são escravos por natureza, ou seja, por um fator interno deles, não pode ser uma observação assim evidente à primeira vista. Requer uma explicação e uma sondagem. Existem vários indícios de quem sim e vários indícios de que não, então a questão é obviamente um problema científico empírico dos mais difíceis.

Eu me lembro de ter escrito um artigo no qual eu dizia que se não há escravos por natureza por que há clubes de sadomasoquismo? Quer dizer, quando a escravidão é totalmente abolida, ou seja, some do universo ou dos comportamentos legais, ela reaparece como fantasia erótica na cabeça de algumas pessoas. Então, evidentemente, isto reflete uma necessidade de um impulso. Se não é algo da natureza, é pelo menos um impulso muito profundo dessas pessoas.

Quando Michel Foucault vinha aqui para a Califórnia para ir aos clubes de sadomasoquismo levar chicotada, ele não estava fazendo isso só porque lhe deu na cabeça. Para ele era uma necessidade, uma coisa séria. Já dizia o Dr. Freud que os impulsos do ser humano quando são rejeitados, ressurgem como fantasias. Eles são negados numa esfera pública e reaparecem numa esfera secreta, ou discreta, ou puramente interior, como fantasia ou outra coisa. E também eu observei que muitos animais, inclusive o ser humano, têm um instinto de obediência. Observo isso em crianças. A cultura popular criou a imagem da criança como um bicho eminentemente rebelde, mas isso é absolutamente falso, não corresponde a nenhuma observação. Mesmo as crianças rebeldes têm um instinto de obediência tanto quanto têm um de desobediência. O ser humano é

um feixe de impulsos contrários que se distribuem diferentemente em cada um, ou seja, a gama de diferenças é algo enorme. É impossível que Aristóteles que foi o próprio formulador do sistema das ciências (quem criou o sistema das ciências foi Platão, mas Aristóteles foi quem o formulou e o colocou em ordem) não atinasse com essas distinções metodológicas elementares.

Então, não podia haver muita diferença entre o que Aristóteles e "os seus contemporâneos" estavam querendo dizer porque estes eram os seus próprios alunos. Eram pessoas que ele mesmo estava treinando filosoficamente. Não podia haver uma discrepância tão grande, porque se houvesse ela seria corrigida na aula mesma. Mas, de qualquer maneira, esse texto da Susan Haack, tem o mérito de dizer que nem tudo que é evidente para um é evidente para outro. Os exemplos são absurdamente desastrosos. Mas no mínimo, quando a apreensão de uma evidência se transforma numa proposição, isto é, se expressa em palavras, pode haver uma diferença de interpretação, e aquilo que pareceu evidente a um já não parece evidente a outro porque ele entendeu outra coisa diferente. Isto é possível.

Também entra aí outro elemento: "auto-evidente" não quer imune à possibilidade de análise crítica, e a crítica é feita sempre na base de uma contestação hipotética, na base do *suponhamos que não fosse assim*. Toda a proposição auto-evidente exige do seu ouvinte este tipo de análise crítica. Por exemplo, quando eu digo que o princípio de identidade não pode ter uma contraditória unívoca, como é que eu sei disso? Porque eu tentei fazer uma contraditória unívoca [0:40], senão eu não poderia ter percebido isto.

A necessidade de um esforço de contradição está dada no próprio conceito de proposição auto-evidente, e só quando a contradição falha repetidamente e percebe-se que essa contradição não é empírica, mas que existe uma espécie de regra dentro dela, é que se diz: a proposição é auto-evidente. Mas, esta frase ("tal proposição é auto-evidente") não é uma frase rigorosa, é uma metonímia, porque o que é auto-evidente não é a proposição, é o juízo que está por trás dela.

Proposição é a expressão verbal de um juízo. O juízo é o ato instantâneo no qual você concorda ou discorda de alguma coisa. Não é a sua concordância ou discordância verbal, é o ato interior de perceber a veracidade, ou não percebê-la, ou negá-la. É um ato que só pode ser cometido por um ser humano real e vivente, não por um computador. Um computador só pode dar a sua concordância ou discordância segundo um programa prévio, ou seja, não é ele que está concordando ou discordando, é o programador que meteu lá um critério de concordância ou discordância que ele repetirá *ad infinitum*.

Agora, quando nós falamos de um ser humano concreto, real e vivente, entra um problema sério que é o de que os seres humanos, de fato, não são iguais, e isso quer dizer que pode haver dois tipos de diferença: primeiro: no próprio ato intuitivo, ou seja, um ser humano pode intuir a coisa de um jeito e o outro pode

intuir de outro; segundo: pode haver uma diversidade na conversão do juízo em proposição, ou seja, um único juízo que no seu conteúdo objetivo é idêntico pode se expressar em proposições ligeiramente diferentes e às vezes até radicalmente diferentes, porque aí entra o problema da interpretação; a conversão em palavras não é um processo automático.

Ora, o ser humano tem uma memória extraordinária. Ninguém sabe como ela funciona; ainda é um mistério total, mas em cima dela, o ser humano tem a capacidade de articular inúmeras percepções em conceitos abstratos e de articular esses conceitos abstratos uns com os outros e de julgá-los. Mais ainda: ele tem a capacidade de fazer isso com percepções que obteve não do mundo exterior, mas dele mesmo. Por exemplo, ele percebe os seus desejos, os seus instintos, os seus temores, as suas imaginações etc. etc. e consegue articulá-las em conjuntos imensamente complexos dos quais extrai um diagnóstico do seu estado presente onde ele percebe que está revoltado com tal coisa, ou triste com aquilo, ou está contra determinada coisa, ou simplesmente desorientado, sem saber o que fazer.

Ou seja, o ser humano é capaz de fazer um diagnóstico dele mesmo a partir de um quadro imensamente complexo de imagens, conceitos, proposições etc. etc. referente a ele mesmo. A diferença entre isto e qualquer coisa que um animal possa fazer é incomensurável. Esta diferença é um dado empírico. O fato de que esta ou aquela ciência não consiga discernir a diferença entre um homem e um animal dentro do seu próprio campo específico de observação não quer dizer absolutamente nada. Por exemplo, se geneticamente a diferença entre um homem e um macaco é pouca, isso significa o quê? Uma limitação da ciência genética. Ela não tem capacidade para expressar essa diferença nos seus próprios termos, ou seja, não há uma expressão genética desta diferença, mas a diferença é um fato empírico e se a ciência é ciência, então, o fato empírico deve predominar sobre o prestígio de cada ciência em particular.

Então, por exemplo, o ser humano pode escrever as suas memórias. Estas não consistem de mera recordação mecânica de fatos. Elas implicam um juízo, uma avaliação, uma autoanálise profunda, às vezes conflituosa e contraditória. Alguns dos escritores memorialistas mais notáveis estavam entre as pessoas mais conflituosas que existem. Por exemplo: Jean-Jaques Rousseau, cuja alma era uma confusão, um caos, um amálgama de contradições absolutamente insolúveis; o André Gide, que era, ao mesmo tempo, um pederasta, um pedófilo, e um moralista protestante ao mesmo tempo. Nunca deixou de ser uma coisa e nem a outra, as duas coisas estão lá, e morreu sem solução, e talvez justamente por causa disso sentiu-se obrigado a não só escrever suas memórias (ele escreveu vários livros de recordações), mas fez um diário – que é a coisa mais importante que escreveu, o diário que acompanha mais de 40 anos da sua vida – talvez por causa disto. Se a vida dele estivesse muito simples, para que ele iria fazer um diário? O Julien Green; ou, no caso do Brasil, talvez o maior memorialista brasileiro, o Pedro Nava, que é um homem que escreveu um diário imenso e

maravilhoso e depois estourou os miolos. Se estourou os miolos é porque a vida não estava muito boa, e talvez fosse um grande memorialista por isto mesmo.

O ato de escrever é uma tentativa desesperada de encontrar alguma unidade, alguma coerência por trás de uma experiência na qual você não está vendo nem unidade nem coerência alguma. Esta operação distingue o homem dos animais numa escala infinita. O dia em que vocês virem um livro de memórias escrito por um orangotango ou por uma formiga ou por um ganso, vocês me tragam.

Ora, esta capacidade de avaliar-se a si mesmo, sabemos que não é igual em todos os seres humanos, que é imensamente diferente. Observe, por exemplo, pessoas que têm um senso de escrupulosidade quase obsessivo. Elas ficam se examinando o dia inteiro para ver se o que fizeram foi certo ou errado. Eu conheço pessoas que vão à missa todo o dia e antes elas confessam para poder comungar, ou seja, todo o dia a pessoa tem que saber quais são os pecados que ela fez na véspera. George Bernanos fazia isso. Ele ia à missa, confessava e comungava todos os dias, mas nem por isso deixou de cometer injustiças, e às vezes de cometer erros de julgamento político absolutamente monstruosos, como, por exemplo, a adoração que ele tinha ao general de Gaulle. Hoje que nós conhecemos melhor a história do general de Gaulle, sabemos que o homem não era flor que se cheirasse, mas, no momento, ele pareceu a George Bernanos ser realmente o salvador da França.

E, por outro lado, conhecemos pessoas que são incapazes de intimamente se acusar do que quer que seja. Mais ainda, nós conhecemos pessoas que tentam ser justas no seu julgamento dos outros. Às vezes o temor de cometer injustiça as leva até a serem omissas, ou seja, elas não dão palpite porque elas têm medo de julgar errado. Se bem que, dizia Hegel, o medo de errar é na maior parte dos casos [0:50] o medo da verdade.

A palavra escrupulosidade vem de uma expressão latina que significa “pesar pedrinhas” (“escrúpulos” eram as pedrinhas). Então, o sujeito fica pesando pedrinha por pedrinha, e nesta meticulosidade o seu juízo moral fica paralisado. A escrupulosidade é considerada pela Igreja Católica um defeito moral. Você leva em conta tantas diferenças pequenas que jamais chega a uma conclusão, e então se torna omisso. No Brasil isto toma a fórmula daquilo que eu chamei de “a síndrome do Piu-Piu”, ou seja, o sujeito duvida daquilo que viu, então ele não pode dar uma opinião.

Nós conhecemos pessoas que tentam ser justas e algumas que são até escrupulosas, e conhecemos pessoas que são absolutamente incapazes de fazer um juízo moral a respeito de si mesmas. Também conhecemos pessoas que jamais se arrependem do que quer que seja. Ora, todos os seres humanos têm um instinto de reforçar as suas opiniões com um juízo moral, ou seja, se eu não gosto de alguém, eu não digo apenas que eu não gosto dele, eu digo que ele é mal, que é um vigarista, um criminoso, um reacionário, um anarquista, qualquer

coisa que dê à minha opinião negativa um peso de um juízo moral objetivo. Fazemos essa operação sem nem de longe nos passar pela cabeça a ideia de examinar o caso para saber se aquilo realmente tem algum substrato objetivo ou não. Nós podemos pronunciar contra as pessoas juízos absolutamente condenatórios sem ter examinado o caso no mais mínimo que seja.

Eu estava, até agora mesmo, ouvindo minha própria gravação a respeito do Rodrigo Constantino, quando ele inventou um personagem que não corresponde a mim em absolutamente nada e me condena como se eu fosse esse personagem. Se disserem que isso já é quase psicose, eu respondo: sim, mas psicose é uma possibilidade humana, ou não? Ninguém está livre disso.

Ora, é possível que indivíduos que diferem tão enormemente na sua percepção de si mesmos, tenham o mesmo sentido de auto-evidência com relação ao juízo e à proposição? Absolutamente não. Isso quer dizer que também existem pessoas que perante uma verdade inegável cedem facilmente e existem outras pessoas que são insensíveis ou hostis à verdade auto-evidente; há pessoas que vão negá-la com tanto mais veemência quanto mais auto-evidente ela for.

Pergunto eu: quem são essas pessoas que se esforçam para criar um critério *puramente lógico* de auto-evidência ou de ausência de auto-evidência? Quem são essas pessoas que se esforçam por tratar esse problema epistemológico, que tem implicações morais tão profundas e sérias, num problema puramente lógico que possa, por assim dizer, ser resolvido por computador? São pessoas nas quais o senso de auto-evidência não funciona muito bem, pessoas que estão em dúvida quanto ao seu próprio senso de auto-evidência e que ao ter uma sensação, um sentimento de evidência, se colocam imediatamente em posição de rejeição crítica.

Ora, a mente que faz isto está colocando a si própria acima da evidência. Por exemplo, se eu expresso o princípio de identidade (que uma coisa é ela mesma e não outra), em geral a mente humana cede imediatamente a isto, mas nós podemos nos colocar numa posição de distanciamento crítico. Ao colocarmo-nos nesta posição existem duas atitudes possíveis: a atitude experimental, de quem, sabendo que a auto-evidência é auto-evidente, busca apenas uma expressão lógica dessa necessidade e dessa evidência, que é exatamente o que eu fiz, com o meu critério; ou o sujeito que se coloca perante aquilo com um distanciamento crítico real. Isto é, ele duvida realmente daquilo. Nesse instante, ele está colocando a sua mente, a sua subjetividade, acima da auto-evidência. Ou seja, eu tenho em mim um princípio de certeza superior ao do princípio de identidade.

Se a pessoa é capaz desta espécie de indiferença ou desta frieza perante um juízo auto-evidente, imagine se ela não terá a mesma reação de distanciamento ou de frieza perante os imperativos de ordem moral. A maior parte das pessoas, como eu disse, tem essa capacidade de auto-reflexão bastante desenvolvida, capaz de articular a sua experiência interna em imensos complexos de representações e

conceitos, e fazer um juízo a respeito de si mesmo, e dizer, por exemplo, “eu fui injusto com fulano” ou “eu menti para a fulaninha” ou “enganei minha mulher” ou “fui injusto com meu filho”.

Algumas pessoas não têm esta capacidade. Entre elas e estes imperativos morais interiores se estabelece uma distância crítica, uma frieza intelectual que os afasta infinitamente daquela experiência intuitiva inicial, e, se lerem a segunda carta de São Pedro, que está na Bíblia, ele diz que no fim dos tempos estas pessoas se multiplicariam; haveria muitas pessoas que se distanciariam de si mesmas.

É evidente que muitos problemas da vida contemporânea, que nós observamos com nossos próprios olhos, já têm o seu princípio de solução dado em livros proféticos, ou sapienciais, ou em obras de filosofia de dois ou cinco mil anos atrás, e esta é a diferença entre esses livros e as obras filosóficas da tradição moderna.

Eu considero gravíssimo o fato de pessoas que quando lêem, por exemplo, Platão e Thomas Hobbes, dizem: “são os grandes filósofos!”, como se fossem dois membros da mesma espécie. Não são. Hobbes pode até ser um filósofo interessante, mas ele não é um filósofo do tamanho de Platão e Aristóteles, muito menos é um sábio inspirado por Deus. É apenas um sujeito com algum talento que tem algumas ideias, do mesmo modo Kant ou Nietzsche.

Isto quer dizer que existem livros antigos de ordem sapiencial ou filosófica com os quais podemos continuar nos inspirando, porque mesmo quando parecem estar errados superficialmente eles nos estão dando soluções que nos são válidas, por assim dizer, eternamente. E essa coisa de que no fim dos tempos aparecerão homens que se distanciarão de si mesmos, que se divorciarão de si mesmos, é evidentemente uma antevisão profética do fenômeno da psicopatia que se espalhou pela sociedade de uma maneira avassaladora nos últimos dois séculos e principalmente nas últimas décadas. [1:00]

Esta conduta, esta personalidade psicopática, em primeiro lugar consegue ter uma distância infinita em relação ao seu mundo interior, ou seja, ela não sente do mesmo modo que o outro, o que quer dizer que seu aparato instintivo está construído de uma maneira diferente da dos outros. Note bem, nós podemos ter muitas diferenças que são criadas pela educação, cultura, diversidade grupal, étnica etc. Estas diferenças são, em última análise, todas elas arbitráveis pelo exame racional. Porém, quando o aparato instintivo do sujeito, ou seja, a base perceptiva mais elementar, é diferente da sua, então a análise racional, a palavra, o discurso persuasivo, por mais persuasivo que seja, é absolutamente impotente. Não há discurso que faça o sujeito perceber uma coisa se ele não tem o aparato instintivo para percebê-la. E este exame interior que todos os seres humanos fazem, tem um fundamento instintivo que é dado no próprio nível perceptivo, isto é, percebemos e sentimos certas coisas e não podemos negar que percebemos. É claro que a sua memória e a sua elaboração racional da coisa podem ser afetadas

por fatores culturais diversificados, ou seja, pessoas que tiveram substantivamente a mesma experiência em culturas diferentes podem representá-la mentalmente de maneira diferente, mas há sempre a possibilidade da conversão de uma coisa na outra, senão todos os livros da humanidade fora da nossa cultura imediata seriam incompreensíveis.

Karl Marx, por exemplo, perguntava como é possível que passado tanto tempo, as peças de Sófocles ou Ésquilo, ainda nos comovam. Elas nos comovem justamente naquele ponto que não depende da diversidade de culturas mas que se funda na universalidade do aparato instintivo. Por exemplo, os problemas da culpa humana, sobretudo da culpa muito profunda, muito grande, aparecem de maneira idêntica em várias culturas. A representação pode ser um pouco diferente, mas você vai ver que estão sempre falando da mesma coisa. Se os personagens de Sófocles e Ésquilo fossem incapazes de sentir culpa, as suas peças seriam impossíveis, porque em geral elas giram em torno desse problema da culpa e da inocência. Isto quer dizer que Ésquilo, Sófocles ou Eurípedes entendiam os seus personagens como seres humanos normais capacitados a fazer esta representação interior de si mesmos e sentir culpa, mesmo quando às vezes objetivamente não fossem tão culpados assim.

Agora imaginem o confronto entre um indivíduo incapaz de sentir culpa e outro capaz de senti-la. O primeiro vai levar uma vantagem enorme, porque justamente por ter, entre a sua percepção de culpa e o julgamento efetivo que faz, esta distância, esta frieza, este abismo de indiferença, ele sabe como funciona o mecanismo da culpa, que ele não vivencia como experiência, mas que na sua mente, em vez de ser um sentimento imediato, percebido por intuição dentro do seu universo interior, é percebido como uma longa dedução lógica. Então ele não sente a culpa, mas compreende a estrutura lógica embutida no mecanismo da culpa. Aquilo que para nós é um sentimento imediato, para ele é uma longa dedução, que pode ser altamente discutível.

É muito interessante ler a peça de Eugenio Corti, *Processo e morte de Stalin* (eu acho que já comentei isso, se não foi aqui foi em um programa); a história é a seguinte: Stalin decide dar cabo de meia dúzia de seus colaboradores, como, aliás, era de seu costume – os ministros de Stalin tinham um prazo de duração relativamente curto. Ele os convida para um encontro na sua casa de campo onde os seus guardas já estão prontos para pegarem os desgraçados e matá-los. Acontece que eles ficam sabendo disto – alguém canta a bola para eles – e decidem virar a mesa. Então eles levam mais guardas, prendem os guardas de Stalin, prendem o próprio Stalin e decidem improvisar um julgamento para ele. No julgamento, Stalin discute com eles e prova que tudo o que fez não foi nada arbitrário, mas foi a simples aplicação lógica, racional e inevitável dos princípios do marxismo-leninismo. Eles não têm o que objetar, mas decidem matar Stalin assim mesmo. Sabem que ele ganhou a discussão, mas vai morrer por causa disso mesmo.

Você vê que os argumentos de Stalin são realmente perfeitos. Embora a peça seja curtinha, a sua linha de argumentação é perfeita. Mas essa linha de argumentação seria impossível se Stalin fosse por um momento só abalado pelo sentimento de culpa. Ele não tem nenhum sentimento de culpa, ele tem a certeza absoluta (aquilo que em inglês se chama *self-righteousness*), aquele sentimento de que eu estou sempre absolutamente certo.

É claro que o indivíduo que é capaz até de colocar o princípio de identidade em dúvida – que se coloca acima do princípio de identidade –, está acima de tudo. E os imperativos morais para ele não significam nada mais do que mais um silogismo dentro de uma cadeia dedutiva, que poderia ser montada de outra maneira. Ao contrário, o ser humano normal terá aquele sentimento que foi expresso por Schelling, que dizia: “quando falarem do princípio de identidade, falem com o maior respeito, porque o princípio de identidade é Deus”.

Schelling tinha perante o princípio de identidade aquele sentimento de total rendição: “eu não posso contra isso”, “isso é infinitamente superior a mim”. E até para eu estar pensando isto, eu me apoio no princípio de identidade, e, se este não houvesse, nem eu mesmo estaria aqui. Mas, se até o princípio de identidade pode ser posto entre parênteses e pode-se cavar entre você e ele uma distância infinita como se ele fosse apenas uma proposição qualquer, por que não se poderá fazer o mesmo com imperativos morais que afinal de contas não chegam a você como evidências externas e universais, mas que dependem da sua memória e da sua maneira de narrar os acontecimentos? Ou seja, você tem muito mais flexibilidade para lidar com essas memórias do que para lidar com o princípio de identidade.

Então, existem pessoas cujo aparato instintivo é diferente do nosso. Eles não são diferentes porque tem uma ideia diferente, porque tem uma cultura diferente ou porque receberam uma educação diferente, mas porque a sua base instintiva corporal, neurológica, é diferente da nossa, e coisas que nós percebemos e sentimos, eles não percebem e não sentem. Estes são os chamados psicopatas, e, de fato, o número de psicopatas em circulação na sociedade aumentou muito nos últimos tempos.

[1:10] Isto significa o seguinte: o psicopata não sente culpa, mas por isso mesmo tem uma facilidade enorme em gerar culpa, em fazer os outros se sentirem culpados, e, num confronto, a pessoa normal, que sente culpa, estaria em imensa desvantagem, pois ela acabará confessando os seus erros, mesmo que não sejam tão grandes quanto àqueles dos quais ela está sendo acusada. Ela acabará por admitir, mesmo para se defender. Ela dirá: “bom, eu não fiz tudo isso de que você está me acusando, mas eu fiz isso e mais aquilo e mais aquilo...”. Instantaneamente ela está colocada em desvantagem e ela se tornará o objeto da execração pública, enquanto o seu acusador, que é um psicopata, uma mente criminal, sairá limpo.

Uma conclusão que eu tiro facilmente é que todos os movimentos de inculpação do mundo são liderados por psicopatas, porque uma pessoa que sente culpa normalmente modera o seu discurso de acusação ao outro, porque teme cometer injustiça. Se você vai acusar alguém de alguma coisa, você toma o cuidado de não acusá-la de outra. Dizer, por exemplo, que o indivíduo é um psicopata, implica, automaticamente, que o nosso critério de julgamento moral dessas pessoas terá de ser diferente daquele que se usa para julgar outras pessoas.

O psicopata é, evidentemente, um indivíduo mau, mas ele não pode ser bom, não tem a possibilidade de ser bom, porque não tem o sentimento moral. Isto significa que o nosso diagnóstico de psicopatia, claro que pode ser acompanhado, num primeiro momento, de um sentimento de horror, mas esse sentimento é enganoso, porque, se estamos lidando com um fenômeno de ordem natural, de ordem psicobiológica, então nós temos de concordar que a pessoa que não tem sentimento moral está colocada fora da possibilidade de ser julgada moralmente.

É assim como, por exemplo, se você é mordido por uma cobra. Eu nunca fui mordido por cobra, mas ela já tentou me morder. Um dia nós pegamos uma cobra aqui no jardim, que depois o Pedro abateu a tiros. Eu pisei no rabo da cobra para impedir que ela fugisse, e ela imediatamente voltou à boca aberta para minha perna para morder, e eu, evidentemente, tirei a perna. O Pedro estava com a espingarda, eu disse para atirar nela e ele atirou, mas eu não fiquei com raiva dela. Do mesmo modo quando um cavalo me derrubou, eu não fiquei com raiva dele. Uma vez eu fui atacado por um cão de Fila. Eu me lembro que não dava tempo de fugir, então o que eu fiz? Pensei: “bom, alguma coisa ele vai morder”. Então eu fiz um negócio com ele: “eu dou para você morder o meu braço esquerdo, enquanto isso, enquanto você estiver ocupado com meu braço esquerdo, eu vou arrancar as suas duas bolas”. Eu acho que ele percebeu meu raciocínio, “pensou” um pouco: “não *tá* valendo a pena”, virou as costas e foi embora. Mas eu não fiquei com raiva dele em nenhum momento. Com medo eu fiquei, evidentemente, mas com raiva não.

Era uma mera questão prática, e, essa questão dos psicopatas, tem de encarar exatamente assim. É questão de saúde pública meu Deus do céu! Não adianta ficar com raiva. Claro, você pode ter certo horror. Se você vê, sei lá, um leproso na rua (isso não existe mais no Brasil, no ocidente, mas na Romênia ainda existe, exemplo do sucesso do socialismo: leproso andando na rua) você fica com horror, mas não vai ficar com raiva do coitado. O psicopata é a mesma coisa: ele tem de ser removido e colocado numa posição na qual não possa interferir nem na política, nem na sociedade, nem na educação e *muitíssimo menos* na vida intelectual, que no fim das contas é o que vai determinar todo o resto.

Esta capacidade para o juízo moral, que vem junto com o sentimento de auto-evidência, é uma capacidade natural do ser humano, e a pessoa que é destituída dela, justamente por ser destituída, desenvolve em compensação, uma capacidade de raciocínio extraordinário, porque aquilo que para você é um

sentimento imediato e uma percepção de realidade, para ela é apenas uma série de silogismos, é uma hipótese. Por exemplo: se eu cometo uma cachorrada. Eu já cometi inúmeras. Na minha remota juventude, por exemplo, o número de moças às quais eu fiz promessas maravilhosas etc. etc. e depois dei no pé... Eu fiz isso. Instantaneamente eu sabia que era uma cachorrada. A algumas eu pedi desculpas, mas esperei alguns anos porque era covarde demais para chegar na mesma hora e dizer: “olha, isso aqui que eu estou fazendo é pura sacanagem, desculpa a vergonha que eu passei”. Não, eu esperava passar alguns anos para amortecer o negócio. Mas por que eu esperava uns anos? Porque eu sentia a culpa! Sentia a vergonha! E todos nós sentimos isso.

Isto quer dizer que esta vergonha não foi uma hipótese que me passou pela cabeça, ela era um fato imediato da minha experiência interior. Ela é um dado para mim. Mas suponha que eu transformasse isso numa mera hipótese. Então eu poderia manipular aquilo logicamente, e evidentemente uma hipótese não vem acompanhada daquele sentimento de realidade, do sentimento de evidência. É apenas um pensamento, como uma equação no meio de um cálculo enorme.

O indivíduo que não tem esse sentimento imediato, por isto mesmo tem uma maior capacidade de raciocínio a respeito dessas coisas. E tendo uma maior capacidade de raciocínio, ele tem, evidentemente, uma maior capacidade de *manipular* o sentimento de culpa naqueles que ele *sabe* que têm o sentimento de culpa. Os movimentos de inculpação geralmente são liderados por psicopatas, porque eles relevam uma capacidade *enorme* de fazer o outro sentir culpa, mesmo quando o outro não a tem.

Por exemplo, depois da Segunda Guerra, houve, evidentemente, uma revolta quando passaram aqueles filmes que vinham pessoas pesando 23 kg, (homens de 1 metro e 80 pesando 23 kg), pilhas de cadáveres. É claro que você fica chocado, revoltado e diz: “alguém tem de pagar por isso, nós não podemos deixar esses camaradas em circulação, senão eles vão fazer de novo”.

Porém, depois disto, houve gente que fez o diabo para continuar culpando os alemães – alemães que tinham nascido dez ou vinte anos depois da guerra, que nem sabiam que raio de coisa era o nazismo. Teve que gente que fez isto. Claro que são psicopatas. Claro que quem faz isto é um psicopata, porque o senso de justiça é sempre acompanhado de um impulso de separar a culpa da inocência, e não misturar uma coisa com outra. Querer fazer justiça, punir o culpado, só é legítimo se na mesma medida tem-se o impulso de preservar o inocente. Senão entra-se naquele raciocínio do lobo da fábula: “se não foi você, foi seu pai; se não foi seu pai, foi seu avô; então eu vou matar você do mesmo jeito”.

Por outro lado, veja que o povo alemão introjetou a culpa, e, indiretamente, eles se sentem culpados até hoje, o que prova que não é um povo de psicopatas. E, se não é um povo de psicopatas, significa que mesmo os alemães que estavam vivos na época em que aqueles crimes hediondos eram cometidos [1:20], não eram

pessoas más como os *agentes* daqueles crimes. Era um povo como qualquer outro. Evidentemente um povo de trouxas e subserviente como todos os povos em geral. Em qualquer nação, o número de pessoas que se rebelam contra a tirania é sempre pequeno.

E mais ainda: a maioria realmente não sabia. Eu li nos depoimentos dos soldados americanos que descobriram um campo de concentração num lugar e tinha uma cidade que ficava a uns dez quilômetros dali. E quando eles descobriram os horrores que se passavam ali, eles pegaram a população da cidade e os obrigaram a ver aquilo. A maioria evidentemente não sabia de nada, nunca tinha entrado no campo. Ou você acha que o campo era que nem um estádio de futebol que você paga o ingresso e entra? Não, o negócio era hipersecreto. E eles imediatamente sentiam culpa por algo que não haviam feito. Veja, o senso moral do ser humano chega a este ponto: de você sentir culpa pelo o que outros fizeram e sentir culpa pelo o que seus inimigos fizeram. Isto é normal no ser humano. O horror é tanto que eu mesmo me sinto culpado do que o outro fez e até do que ele fez contra mim. Na verdade, este sentimento é um dos que mais me acompanha.

As pessoas inventam fantasias estúpidas a meu respeito. Eu sinto vergonha por eles, e isto é normal no ser humano. Seria o caso de pensar: será que todos sentem vergonha? Bom, alguns sentem, porque passado alguns anos me escrevem: “desculpa o que eu falei contra você, eu estava inventando coisas”. Muita gente já fez isto, mas há outros que não fazem porque não sentem a culpa. Não estou falando de crimes hediondos, estou apenas falando de uma fofoca, de inventar uma historinha contra o sujeito. O normal é você se sentir culpado mesmo quando mente involuntariamente.

Eu me lembro que uma vez fiz uma conferência no Instituto de História e Geografia Militar e mencionei que no dia 31 de março de 1964 houve pouquíssima violência; só houve um caso de um estudante que disparou inadvertidamente no seu colega. Mencionei o caso do líder comunista Gregório Bezerra, que tinha sido torturado no Nordeste por uns militares, e mencionei o comandante daquele quartel como o culpado desta coisa.

O Gregório Bezerra já era um homem velho e eles o arrastaram pela rua dando pedrada, chicotada, porrada, e quase mataram o sujeito. Expliquei aquilo. Quando terminei, chega um velhinho para mim e diz: “sabe quem era esse oficial do qual o senhor está falando? Era eu, e agora eu vou te mostrar a verdade”. Ele me levou até seu escritório e mostrou cartas dos familiares do Gregório Bezerra agradecendo-o por ter salvado a vida deste.

O oficial disse-me o seguinte: “eu era o comandante do quartel quando trouxeram o Gregório Bezerra. Ele tinha sido meu sargento, eu tinha sido seu comandante, era uma pessoa que eu gostava. Deixei-o guardado ali, até para preservá-lo, e saí para almoçar. Na hora em que eu saí, um bando de arruaceiros invadiu o quartel,

levaram-no para a rua e começaram a bater nele. Quando voltei, me avisaram. Peguei o *Jeep*, saí e encontrei a massa ignara batendo nele. Eu mesmo puxei meu revólver, expulsei todo mundo, peguei o Gregório Bezerra, levei-o embora e disse para ele: 'olha, se você quiser *se mandar*, *se manda'*. O Bezerra falou: 'não, eu prefiro ficar na cadeia porque lá eles não me pegam'."

Essa era a história contada pelos familiares do Gregório Bezerra agradecendo àquele oficial! A hora em que ele falou isso, eu queria enfiar minha cabeça na privada e puxar a descarga.

Eu não tinha querido mentir contra ele. Eu estava ciente de que falava a verdade. Mas nós sentimos a vergonha como se tivéssemos mentido, e isso é a reação normal do ser humano. Só que alguns não têm essa reação normal.

Imaginem o número dessas pessoas que estão metidas em discussão filosófica e que querem dar um tratamento puramente lógico a essas questões porque este tratamento os preserva daquele sentimento de rendição tal como descrito por Schelling. Isto quer dizer que a filosofia também é uma área de atuação de psicopatas perigosos.

Eu considero que Bertrand Russell era um deles. Por que eu digo isso? Teve uma época da vida de Bertrand Russell em que ele era anticomunista. Era tão anticomunista que pregava um bombardeio atômico preventivo à União Soviética, ou seja, o extermínio em massa: matar todos os russos por causa do que Stálin ou Lênin fizeram. Ele defendia isto. Depois mudou de lado, e do outro lado também cometeu tantas injustiças e aberrações quanto esta. Tem até uma gravação dele no youtube, onde a pessoa pergunta: "por que você não é cristão?", e ele responde: "eu examinei todos os *argumentos* cristãos e eles não me convenceram". Ou seja, o cristianismo para ele era matéria de argumento. Transpunha a questão da experiência pessoal concreta para o nível da pura argumentação lógica.

Ora, você passar da esfera da experiência direta humana para a da lógica, às vezes é uma maneira de se preservar de enganos. Quando você não quer que o seu julgamento seja deformado por sentimentos ou paixões subjetivas, então o transfere para a esfera da lógica. Porém, nessa transferência, você tem de preservar a integridade dos dados de experiência em vez de substituí-los pela mera discussão lógica, que é exatamente o que faz o Bertrand Russell.

Nós sabemos, por exemplo, que quaisquer argumentos em defesa do cristianismo são um produto *ex post facto*, um produto posterior, às vezes de séculos. Se você ler o Evangelho de alto a baixo, não tem um único argumento ali, tem apenas a narrativa de fatos. Pode-se duvidar de todos aqueles fatos? É impossível! Pode-se duvidar de alguns, mas não de todos. Você sempre terá de preservar alguns fatos e, mais ainda: como você os entende? Como você os apreende?

O que o Evangelho diz é o seguinte: o Verbo divino, isto é, a Inteligência divina, o Pensamento divino, se encarna em forma humana, vive entre os seres humanos, é sacrificado e morre para que Deus Pai não castigue a humanidade inteira. Esta é a história tal como está contada. Você é capaz de imaginar isto? Se não imagina quer dizer que não entendeu a história, porque quando se assiste a uma peça de teatro é necessário imaginar e sentir aquilo. Não precisa acreditar inteiramente, mas, se não há a emoção correspondente aos fatos apresentados e narrados, não se entende a narrativa.

Uma narrativa que apresente esta hipótese ou esta oferta do perdão universal através daquele mesmo que sofre o impacto da maldade, é algo que só pode ser compreendido por quem tem imaginação suficiente para imaginar uma dose de bondade no mínimo superior à sua própria. Por exemplo, não creio que alguém possa entender a narrativa do Evangelho sem fazer a si próprio esta pergunta: eu ofereceria a minha vida em holocausto, sacrifício, para a salvação daqueles mesmos que me mataram? Faça esta pergunta e você verá que isto é uma bondade que não está ao alcance de qualquer um. [1:30] O nosso instinto diz o contrário, que é para sacanear os fulanos o mais rápido que você possa antes que eles te matem. O simples fato de tentar imaginar isto já tem um efeito transfigurante sobre você, ainda que não acredite na história.

Então eu pergunto: como eu vou transformar isto num argumento e discuti-lo? Eu posso fazer isto desde que preserve a integridade da experiência que foi apresentada. Por exemplo, ao assistir à peça de teatro *Rei Lear.* Ali lhe apresentam a história de um pai generoso e de um homem sem muita ambição, porque no auge do poder ele desiste, abdica do seu reino para entregá-lo às suas três filhas e conserva apenas uma guarda de cem homens armados para acompanhá-lo, de modo que ele possa viajar de um lado para outro, e isto é tudo o que ele quer da vida. E então ele é traído por duas das filhas. E é tão perseguido que acaba virando um mendigo, e sofre tanto que fica louco.

Transforme isto num conjunto de proposições e discuta... Você só vai fazer isto se não entendeu a peça absolutamente. Até uma obra de pura imaginação não admite ser transposta em simples argumento e ser discutida como tal. No mínimo você tem de entender que na transposição quase tudo se perdeu e que, ao refutar os “argumentos”, você não refutou a veracidade psicológica da peça. Isto quer dizer que o indivíduo que conhecesse de cor e salteado os argumentos da cristandade ainda não conheceria o cristianismo, porque ele não foi capaz de vivenciar em imaginação a narrativa originária.

Existem ateus, como por exemplo, Ernest Renan: nunca acreditou numa palavra dos Evangelhos, achava que era uma história imaginária, mas ficava comovido com elas. Então, mesmo ao negar, com argumentos que hoje estão impugnados, a veracidade de pelo menos certos capítulos da narrativa evangélica, ele continuava reconhecendo o seu valor pedagógico e moral. Mas Bertrand Russell não. Russell consegue ter uma distância infinita, absoluta frieza em relação a isso. E esta frieza é apresentada como se fosse uma precaução científica altamente

respeitável, quando ela é a total deformação da experiência da qual está falando. Ele tem um sinal de psicopatia muito grave.

Quando Aristóteles recomenda que não haja discussão, debate, com aquele que não compreende, não conhece ou não respeita os princípios, ele evidentemente não estava prevendo o caso extremo da psicopatia. Porém, esta sua advertência é ainda muito mais necessária e urgente quando nós sabemos que podemos nos confrontar com psicopatas no governo, na universidade, na política, na educação, na igreja, em toda parte. E sabemos que uma das maneiras mais fáceis de reconhecer o psicopata é ver se o indivíduo não sente culpa, e se, ao mesmo tempo, ele tem uma habilidade especial em fazer o outro sentir culpa. (Há uma psicóloga, Ana Beatriz Barbosa, que colocou um vídeo no *Youtube* muitíssimo interessante a respeito de psicopatas.)

Então, esse fator da psicopatia tem de ser levado em conta na discussão desse problema da auto-evidência. Longe de ser um problema que pode ter uma solução lógica, ele tem uma ramificação psicológica absolutamente indispensável.

Temos aqui algumas perguntas interessantes, como sempre:

Aluno: Eu estive lendo o seu texto da tripla intuição e fiz algumas observações (...)

Olavo: Primeiro ele mais ou menos repete o raciocínio da tripla intuição:

Aluno: (...) "Eu vejo as coisas do mundo, mas só as vejo quando a luz está presente. Quando a luz está ausente, há apenas trevas e eu nada vejo. Portanto, quando vejo, estou ciente de que tenho a potência de ver, mas também estou ciente de que a presença da luz põe em ato essa potência. Portanto, na visão tem uma intuição tripla: a do ato, a da fonte de luz e a de uma relação de causa e efeito entre a presença da luz e a do ato de ver". (...)

Olavo: Até aí ele está acompanhando o meu raciocínio. Agora ele acrescenta alguma coisa:

Aluno: (...) No entanto, me parece que há ainda a noção de que vemos um objeto que não é a luz, mas que foi tornado visível por ela, e de que ela é, portanto, um meio que permite a nossa visão das coisas. Mas embora vejamos a luz, não a vemos de forma homogênea, vemos a forma luminosa e a luz refletida pelos objetos. E, então, essa substância que na fonte se mostra tão homogênea, na reflexão assume um sem-número de diferenciações, que na verdade são as diferenciações dos próprios objetos que ela reflete. Sabemos, portanto, que tudo o que vemos, vemos através da luz, e que ela, embora sendo o que possibilita a visão, atua na verdade como um meio intermediário entre nós e todas as coisas. Não seria então o caso de dizer que há uma intuição quádrupla?

Olavo: Absolutamente perfeito! Parabéns pelas suas observações! Você está aprofundando aquelas observações que eu fiz neste texto da tripla intuição, que, embora seja um dos textos mais mal escritos que eu já produzi – porque foi um rascunho para uma aula apenas –, eu acho que é uma das coisas que são importantes para as pessoas entenderem a natureza do meu pensamento. Quando eu falo, por exemplo, em *intuicionismo radical*, muitas pessoas interpretam isto no sentido fenomenologista ou até gnóstico, quando eu estou dizendo uma coisa elementar que Aristóteles já dizia: que não existe propriamente o conhecimento racional, ou seja, todo conhecimento é de ordem empírica; o racional é apenas a estruturação que você dá a isso.[2] Mais ainda: se você faz um raciocínio, uma seqüência de silogismos, dá a impressão de que se está operando no nível puramente lógico-racional sem o elemento intuitivo. Mas isto é impossível! Porque a forma e o conteúdo do raciocínio têm de perseverar na sua memória. E como é que você os percebe? Você percebe um raciocínio através de outro raciocínio, através de outro raciocínio, através de outro etc., ou a própria forma do raciocínio é apreendida intuitivamente? Se não apreender intuitivamente a forma do raciocínio, não há raciocínio.

Portanto, a simples existência da possibilidade do raciocínio depende do elemento intuitivo, que é uma coisa que já está na demonstração do Kurt Gödel. Ele demonstra o seguinte: todo raciocínio subentende algum elemento intuitivo que o próprio raciocínio não pode fundamentar. Isto é uma coisa básica. Eu considero que o intuicionismo radical é algo absolutamente certo, comprovado, e que se pode discutir, pode-se tentar provar, não é auto-evidente, porém, acho ainda bastante certo. E a teoria da tripla intuição eu fiz justamente no intuito de fundamentar esse intuicionismo radical, ao qual eu voltarei em outras aulas.

Mas, qualquer que seja o caso, Carlos Rabello, parabéns pela sua acuidade. É claro que há não só uma intuição quádrupla, mas isto prossegue. Eu pus a tripla só para dizer o número mínimo de elementos em que aquilo se compõe, o que não quer dizer que não tenha outros. E você pode estender isso e tirar daí toda uma fenomenologia da percepção.

Outra coisa: notem bem que ele leu o meu texto como é para ler. Embora o texto seja muito ruim, ele o cotejou com a sua experiência real. Então é este o negócio da filosofia: a filosofia, como se vê desde Sócrates, apela ao testemunho do ouvinte, partindo do princípio de que o ouvinte tem autoconsciência, inclusive autoconsciência moral, portanto não é nem um psicopata nem uma pessoa insensível, ignorante, e, é só neste nível que se encontra então [1:40] a evidência.

---

[2] Cf. de Carvalho, Olavo. Aristóteles em Nova Perspectiva, pg. 47: *"(...) ao abordar o problema do conhecimento, ele [Aristóteles] descrevia a origem e o desenvolvimento do aparato cognitivo humano de tal maneira que tanto a perspectiva empirista quanto a racionalista se encaixavam nela harmoniosamente, cada qual referida a uma fase e a um aspecto do processo cognitivo. Quando se perdeu de vista esta unidade do conhecimento como potência de uma forma viva que cresce e se desenvolve, surgiu então o debate de empiristas contra racionalistas, e Aristóteles, à revelia, passou a ser alistado ora num, ora noutro dos partidos."*

Não apenas a auto-evidência, mas toda e qualquer evidência depende desta experiência interior e da sua confissão sincera. Parabéns!

Aluno: Eu gostaria de saber a diferença da fenomenologia do espírito de Hegel para a fenomenologia de Husserl.

Olavo: Aí é apenas uma coincidência de nome, porque “fenômeno” vem do grego *phainesthai*, que quer dizer “aparecer”. É o modo de apresentação, ou de revelação, ou de aparecimento de alguma coisa. Porém, quando Hegel usa a palavra “fenomenologia”, ele quer dizer o processo integral do aparecimento do Espírito Divino na história. Hegel usa a história como campo de manifestação e de auto-reconhecimento do Espírito Divino. Então, a fenomenologia é, por assim dizer, o conjunto da fenomenalidade: é tudo o que acontece, sendo visto como uma automanifestação do Espírito Divino.

Edmund Husserl usa a mesma palavra, mas num sentido infinitamente mais modesto. A fenomenologia de Husserl é uma arte, ou uma técnica, de descrever qualquer objeto de experiência tal como ele se apresenta. Ou seja, longe de pretender explicar a totalidade do fenômeno universal, ao contrário, ele está interessado em como nós descrevemos um fenomenozinho qualquer que seja. Pode ser uma coisa de uma modéstia extraordinária, por exemplo: quando você sente uma coceira, como é que ela se apresenta para você? Qual é a diferença entre a maneira de você sentir que tem uma coceira e a de sentir que você está triste? Como é que você sabe disso? Por onde lhe chegou essa informação?

Então Husserl desenvolve uma técnica maravilhosa para descrever como essas coisas chegam ao nosso conhecimento e como elas se apresentam. Note bem, ele é tão modesto que coloca entre parênteses se a impressão é verdadeira ou falsa. Ele só quer descrever o objeto tal como se apresenta a nós, ou seja, o modo de apresentação dos diferentes objetos. O tempo mostrou que essa técnica servia para tudo, que você podia usar a fenomenologia para a descrição de qualquer coisa.

As conclusões filosóficas finais que Edmund Husserl acaba tirando são de duas ordens. Primeiro, no livro *Ideias Para Uma Fenomenologia Pura*, ele tira daí uma filosofia de tipo idealística, centrada na consciência. Esta parte foi muito contestada, sobretudo pelo Leszek Kolakowski, o filósofo polonês que escreveu um livrinho que derruba completamente essa construção do Husserl. E há uma segunda ordem de conclusões que ele tirou que foi a de tipo histórico-cultural, a partir do exame do fenômeno da matematização do universo pelas ciências físicas na Idade Moderna, que já é um trabalho muito mais sério e de consequências de muito mais longo alcance. Na modernidade todo mundo deve alguma coisa a Edmund Husserl, todas as escolas mais disparatadas. Até o pessoal do desconstrucionismo, do estruturalismo deve algo a ele.

A grande contribuição do Husserl é sobretudo essa de ordem técnica. Ele tirou a filosofia da discussão de ideias gerais e, como diz ele, “voltou para as coisas mesmas”, “*Zu den Sachen selbst”*. Ou seja, do que nós estamos falando? Cadê este objeto?

O problema é que a técnica para a descrição da experiência concreta e do objeto concreto que se apresenta é altamente abstrata, você tem de desenvolver um vocabulário enormemente abstrato para poder descrever a experiência mais concreta que existe. Então, a leitura dos livros do Husserl às vezes é um negócio absolutamente desesperador, porque é muito minucioso. Por exemplo, para descrever o elemento de antecipação que existe numa percepção, ele escreve quinhentas páginas. Ele não está criando uma teoria, não está fazendo uma interpretação filosofia do negócio, está simplesmente descrevendo coisas que acontecem.

Depois que você pega o vocabulário dele, se acostuma com o jeitão dele, aquilo é uma maravilha, ainda que as conclusões filosóficas sejam erradas ou ainda que os discípulos dele tenham tirado dessa técnica as conclusões mais disparatadas, que, inclusive, a maior parte delas o próprio Edmund Husserl rejeitou, como rejeitou a filosofia de Heidegger, por exemplo, que foi um dos seus discípulos mais brilhantes, mas que derivou para o outro lado.

O existencialismo francês também começa como Husserl e toma outra direção. E Husserl sempre dizia: “Vocês são muito apressados, vocês estão tirando conclusões que não deviam. Em vez de criar essas filosofias gerais, vamos continuar na descrição daquelas coisinhas porque este é que é o futuro. Com isto a filosofia se transformará numa ciência rigorosa”. E ele tinha razão. Eu só acho que a filosofia não chegou a se constituir como uma ciência, ela era uma técnica e em Husserl continua sendo uma técnica.

De modo que Hegel e Husserl usam a mesma palavra, mas em sentido completamente diferente. O primeiro diz: “Está aqui a explicação da totalidade do fenômeno universal porque eu saquei tudo”. Já o segundo diz: “Não, vamos voltar às coisas mesmas. Como eu vou descrever, por exemplo, o gosto de uma pipoca?” E diz ainda que se conseguir fazer isso, então você terá uma apreensão intelectualmente válida da experiência concreta. Podemos divergir de Husserl em milhões de coisas, mas a dívida que a filosofia tem com ele é impagável – não no sentido de desgraçado, mas de que não se pode pagar.

Aluno: Uma maravilha a aula passada! (...)

Olavo: Obrigado!

Aluno: (...) A primeira parte deixou-me cheio de perguntas as quais nem pude formular. Em todo caso eu gostaria que o senhor explicasse algo sobre isto: a Revolução Francesa e um gato, por exemplo, não são espécies do mesmo gênero,

entretanto, forma e matéria os constituem. De que modo esses fenômenos tão diversos são assim constituídos? E ainda: se na geração, matéria e forma se conjugam enquanto que no falecimento eles se dissociam, como isso se dá num e noutro ser?

Olavo: Essa imagem do falecimento não serve evidentemente para um processo histórico. É também evidente que, quando usamos as expressões "matéria" e "forma" com referência a um objeto captável pelos sentidos e com relação, por exemplo, a um fato histórico, as palavras "matéria" e "forma" não têm o mesmo sentido. Em qualquer processo histórico existem os elementos formais que o definem e que o fazem diferenciar de qualquer outro processo. Por exemplo, pode-se diferenciar a forma, a estrutura lógica interna da Revolução Francesa da lógica interna de outro fenômeno, que pode ser do mesmo tipo revolucionário, como a Revolução Chinesa, ou a Revolução Cubana, ou a Revolução Americana, mas, ela tem de tomar como matéria as circunstâncias sociais concretas nas quais aconteceu e que não foi ela que inventou. Então, o processo revolucionário tem uma forma e uma matéria. A forma é aquilo que o distingue, o que faz com que a Revolução Francesa seja a Revolução Francesa. E a circunstância, é, por assim dizer, a matéria histórica em cima da qual essa forma foi implantada.

Veja, por exemplo, que algumas revoluções podem ser bem-sucedidas e outras não, justamente pelo ajuste maior ou menor entre a forma e a matéria. Ou seja, o indivíduo traça uma teoria, uma estratégia, e, para torná-la realidade, ele tem de utilizar da matéria histórico-social existente. Isto é, existe uma sociedade determinada onde as pessoas têm uma personalidade determinada, a situação objetiva é de tal jeito, e às vezes uma coisa não encaixa bem na outra e a revolução aborta. Então quer dizer que aquela revolução não chegou a existir. Não chegou a existir é a mesma coisa que dizer: a forma não conseguiu moldar a matéria. Esta foi, por assim dizer, rebelde. O que é uma matéria rebelde? É, por exemplo, você estar tentando escavar um toco de madeira para fazer um cavalo, ou um dragão, ou qualquer coisa, e, de repente, a madeira quebra. [1:50] Isto quer dizer que a estrutura dela resistiu à forma que você estava tentando imprimir.

Isto é apenas uma imagem, não é um conceito rigoroso, mas pode lhe dar uma ideia. Do mesmo modo o estado real de uma sociedade, de uma população verdadeira. Ela pode resistir aos planos dos revolucionários, pode ser rebelde: ela simplesmente não faz o que o sujeito quer que faça, reage de outra maneira, escapa ao controle.

Por exemplo, quando começou a Primeira Guerra Mundial, o pessoal socialista todo achava que o proletariado das várias nações iria se rebelar e que iria explodir uma revolução européia geral. Foi o contrário: o proletariado aderiu ao discurso nacionalista e foi o mais entusiástico das várias camadas sociais. O mais entusiasta no patriotismo guerreiro foi justamente o proletariado. Ou seja, a matéria político-social e cultural existente não se enquadrava na forma que o revolucionário pretendia ali implantar.

É neste sentido que nós podemos utilizar o conceito de “matéria” e “forma” para descrever um processo histórico, como podemos usá-lo para descrever, por exemplo, um gato. A forma do gato é a estrutura da sua espécie, mas a espécie por si mesma não tem nenhuma existência. Ela tem de vir à existência através de elementos materiais. Por exemplo, o gato para ser um gato, ele tem de comer alguma coisa, não basta ele obedecer à definição de gato. E o que ele come não faz parte da espécie “gato”. O gato, por exemplo, come um rato, e um rato não é um gato. O gato precisa dessa matéria para subsistir como um gato, então essa matéria é integrada na sua forma, no sentido da famosa frase do Jean Piaget, que falou muita besteira, mas acertou na mosca quando disse que “quando o coelho come alface, não é o coelho que vira alface, é a alface que vira coelho[3]”. Esta frase é uma das expressões modernas mais claras da ideia de matéria e forma. A matéria é integrada numa forma, ela não se adapta à matéria.

Porém, não se pode esquecer que a matéria por sua vez também tem forma. Por exemplo, uma folha de alface não é uma uva, não é um tomate, ela tem a sua forma específica. Matéria e forma não são distinções absolutas, são distinções, por assim dizer, de grau, são distinções escalares. Uma coisa que considerada em si mesma é uma síntese de matéria e forma, considerada na escala de um outro ser que a absorve, ela se torna matéria. Ou seja, a alface é matéria para o coelho, mas ela em si mesma também é matéria e forma. Tudo considerado em si mesmo é síntese de matéria e forma.

Você quer uma explicação maravilhosa de matéria e forma? O primeiro capítulo de *O Reino da quantidade e os sinais dos tempos* do René Guénon. É uma verdadeira obra-prima de explicação. O Guénon, quando erra, é de sacanagem, porque ele sabe fazer as coisas.

Aluno: Comecei o curso há alguns meses e estou me dedicando ao bloco do adestramento do imaginário. Como devo ler as obras de ficção para obter o máximo de proveito? Há algum livro recomendável que ensine a boa técnica da leitura de ficção?

Olavo: A boa técnica da leitura eu não conheço nenhum livro que ensine. Mas existem vários livros que são amostras de uma leitura bem feita. Os grandes críticos literários são isso. Por exemplo, se você ler as análises que o Lionel Trilling, o maior dos críticos americanos, faz das obras de ficção, teatro e poesia naquela série *The Experience of Literature*, é algo impressionante ver como ele entendeu, como aquilo é vivo para ele. Qual é a técnica? É muito simples: acredite em tudo. No instante em que você está, por exemplo, assistindo à peça, ou ao filme, ou lendo um romance, acredite como se fosse verdade. Você tem de ter a participação profunda na experiência imaginativa.

[3] Piaget, Jean. In: Bravo!, n. 24

O que é uma obra de ficção? É como se fosse um sonho que o sujeito teve e ele quer que você participe e que sonhe como se aquilo fosse um sonho seu. Então você vai ter todas as emoções exatamente como ele teve. A literatura, a ficção, é o mesmo que, em psicologia, a técnica do sonho acordado dirigido: você vai ter o sonho, mas não vai ter do seu jeito, vai ter por onde eu estou indicando: *no sonho acontece isso, mais isso e mais isso...*

Tente imaginar a coisa da maneira mais vívida possível. Uma "técnica" que eu mesmo inventei foi o seguinte: como eu gostava de cinema e, quando era jovem, até estudei cinema, fiz um curso profissionalizante em cinema na Comissão Nacional de Cinema (eu queria ser um cineasta, e, felizmente, a Providência Divina poupou a humanidade dos meus execráveis filmes), então, quando eu lia um romance, imediatamente o transformava num roteiro de filme. Ou seja, que imagens eu montaria no filme para traduzir isso? É evidente que a imagem que aparece num filme tem um impacto muito mais direto do que a simples leitura, então, transformando-a num filme, eu dava para mim mesmo uma impressão mais vívida daquela narrativa.

Mas, para fazer isto precisa entender um pouco da técnica cinematográfica. Eu tive alguns professores que ensinaram a montar o argumento e o roteiro. Argumento é a história e o roteiro é a subdivisão daquilo em imagem cinematográfica. Então você tinha de descrever a estrutura e o conteúdo da imagem. Eu aprendi isso muito bem, então para mim era fácil montar um roteiro na cabeça e automaticamente o roteiro se transformava nas imagens. Eu fiz um montão de filmes imaginários. Mas, você ser capaz de montar um roteiro não quer dizer que você seja efetivamente capaz de dirigir o filme.

Eu pensava que, quando crescesse, seria o Federico Fellini, alguma coisa assim, mas graças a Deus a humanidade foi poupada dessas coisas terríveis. Assim como, você veja, eu publiquei o meu primeiro livro quando eu tinha 48 anos: a humanidade foi poupada da minha literatura juvenil. É uma obra de caridade que eu fiz para com as pessoas, eu estou muito satisfeito de não ter imposto a pessoas inocentes esse sofrimento horrível de assistir a meus filmes ou ler os meus escritos juvenis.

Eu acho que hoje eu vou parar por aí porque já está tarde. Muito obrigado pelas perguntas. As que eu não respondi, tentarei responder na próxima aula. Muito obrigado a todos, e até semana que vem!

Transcrição: José Antônio Fernandes, Marra Signoreli, Gio Fabiano Voltolini Júnior, Jussara Reis de Abreu.
Revisão: Aline Ribeiro Borges.